

AGENTES ECONÔMICOS.

Pessoas físicas ou jurídicas que participam das atividades econômicas. Dividem-se em famílias, empresas e governo.

BENS

Tudo o que tem utilidade, podendo satisfazer uma necessidade ou suprir uma carência. Os bens econômicos são aqueles relativamente escassos ou que demandam trabalho humano.

Entre os bens econômicos podemos distinguir os de consumo e os de capital (ou Produção).

Determinados bens, como os automóveis, podem ser classificados como de consumo duráveis, quando são utilizados por indivíduos ou de capital, quando empregados em atividades empresariais.

BENS DE GIFFEN

Para estes bens, a quantidade demandada varia de forma direta com o preço do bem e a curva de demanda é, então, positivamente inclinada.

BENS INFERIORES

São aqueles em que o consumo varia de forma inversa às variações da renda dos demandantes, isto é, a quantidade adquirida tende a diminuir quando aumenta a renda do consumidor e vice-versa.

BENS NORMAIS.

Quando a sua demanda varia inversamente com a renda do consumidor.

BENS NÃO-EXCLUDENTES.

Bem não-excludente é aquele que oferece benefícios para todos, mesmo para quem não pode ou não deseja pagar por eles, como é o caso dos serviços de segurança e de iluminação pública.

Bem não-rival é aquele em que o seu consumo por parte de um agente não o torna indisponível para outro.

CAPITALISMO

Sistema econômico e social predominante na maioria dos países industrializados ou em fase de industrialização.

Historicamente, o Capitalismo tem passado por grande evolução.

Em sua origem, está o empobrecimento da nobreza européia, devido aos gastos com as cruzadas e à fuga dos camponeses para as cidades (burgos).

A partir do século XIII, os burgueses passaram a enriquecer, criando bancos e dedicando-se ao comércio em maior escala, primeiro na própria Europa e depois no resto do mundo.

Criaram manufaturas e contrataram artesãos para revender os produtos, substituindo o antigo vínculo feudal pelo contrato salarial.

Nos séculos XVIII e XIX, esse processo provocou, especialmente na Inglaterra, a Revolução Industrial, com a mecanização das fábricas.

Além da formação dos Estados Nacionais, também a Reforma Protestante e a Revolução Francesa foram marcos importantes na luta da burguesia para a conquista do poder político, que havia pertencido à nobreza durante a Idade Média.

No final do século XIX, acentuavam-se as tendências à concentração, com cartéis, trustes e monopólios, o que, no século XX, resultaria na criação de gigantescas empresas multinacionais.

CARTEL

Organização formal ou informal de produtores dentro de um setor, que determina as políticas para todas as empresas que o compõem, visando o aumento dos lucros. O Cartel fixa os preços e/ou as quantidades a serem produzidas pelas empresas do setor.

COETERIS PARIBUS.

Expressão de origem latina que significa “tudo o mais permanecendo constante”.

COMÉRCIO

Troca de valores ou de produtos, visando ao lucro, promovendo a transferência de mercadorias entre os indivíduos, deslocando-os de regiões onde são abundantes para outras onde não existem em quantidade suficiente para satisfazer o consumo.

Além de sua função econômica fundamental, o comércio estimula a expansão dos meios de comunicação e de transporte e o intercâmbio cultural entre as comunidades.

A primeira forma de comércio de longa distância foi a caravana, representada, inicialmente pela figura do mercador itinerante, envolvendo a transação de produtos simples, como tecidos, corantes e objetos de metal e de cerâmica.

CONGLOMERADOS ECONÔMICOS.

Enormes empresas, diversificadas, que aumentam a concentração, inicialmente da riqueza industrial, no final do século XIX e início do XX.

CUSTOS.

No curto prazo há dois tipos de custos: os fixos (aqueles que não dependem do volume de produção) e os variáveis (os que aumentam junto com o nível de produção).

O custo total é a soma dos dois.

Para calcular o custo médio, dividimos o custo em questão entre o número de unidades do produto obtidas.

O custo marginal é aquele gerado pela produção de uma unidade adicional.

CUSTOS DE OPORTUNIDADE.

Neste caso, os custos não devem ser considerados absolutos, mas iguais a uma segunda melhor oportunidade de benefícios não aproveitada, ou seja, quando a decisão para as possibilidades de utilização de A exclui a escolha de um outro, B.

Pode-se considerar os benefícios não aproveitados decorrentes de B como custos de oportunidade.

DEMANDA

A demanda (ou procura) é a quantidade de um bem ou serviço que um consumidor deseja e está disposto a adquirir por determinado preço e em determinado momento.

A demanda deve explicar o comportamento de um consumidor tomado individualmente como, por exemplo, um sujeito interessado na compra de arroz.

Demandar significa estar disposto a comprar, enquanto comprar é efetuar o ato de aquisição.

A demanda reflete uma intenção, enquanto a compra constitui uma ação.

A demanda depende de fatores, como:

- a) Preferências do consumidor.
Dada uma mudança na preferência do consumidor, a demanda pelo bem em questão será conseqüentemente afetada.
- b) Poder de compra do consumidor.
Sem ele, a demanda não existe em termos econômicos.
- c) Preços dos outros bens.
Aqui, estão incluídos tanto os bens substitutos quanto os complementares ao bem estudado.
- d) Preço do próprio bem.
Pelos mecanismos comuns de mercado, quanto mais alto for o preço, menor será a quantidade demandada.
- e) Qualidade do bem.
- f) Expectativas do consumidor, quanto à renda pessoal e preços.

A demanda total de um determinado mercado é constituída pela soma das demandas individuais (de cada agente econômico) que o compõem.

ECONOMIA

Ciência que estuda a atividade produtiva.

Focaliza, estritamente, os problemas referentes ao uso mais eficiente de recursos materiais escassos para a produção de bens.

Estuda as variações e combinações na alocação dos fatores de produção (terra, capital, trabalho, tecnologia e capacidade empresarial), na distribuição da renda, na oferta e procura e nos preços das mercadorias.

Recorre, para isso, a conhecimentos matemáticos, estatísticos e econométricos.

De forma geral, esse estudo pode ter por objeto a unidade de produção (empresa), a unidade de consumo (família) ou, então, a atividade econômica de toda a sociedade.

No primeiro caso, os estudos pertencem à microeconomia e, no segundo, à macroeconomia. Modernamente, de acordo com os objetivos teóricos ou práticos, a economia se divide em várias áreas: economia privada, pura, social, coletiva, livre, nacional, internacional, estatal, mista, agrícola, industrial, etc.

ECONOMIA BASEADA EM PLANOS CENTRAIS.

Denominação atribuída às economias socialistas, em oposição à descentralização que caracteriza as economias capitalistas ou de mercados.

Distinguem-se pela propriedade estatal dos meios de produção e pela planificação centralizada da economia nacional.

O Estado, por meio de órgãos especializados, administra a produção em geral, determinando seus meios, objetivos e prazos de concretização, organiza os processos e métodos de emprego dos fatores de produção, controla de forma rígida os custos e os preços dos produtos e, ainda, os mecanismos da distribuição e faz o dimensionamento do consumo.

ECONOMIA DE MERCADO.

Sistema econômico baseado na livre atuação da empresa privada, na ausência de mecanismos restritivos à concorrência, ao investimento, ao comércio e ao consumo. Corresponde aos princípios do liberalismo econômico, segundo os quais a única função do Estado seria garantir a livre concorrência entre as empresas.

Nas atuais condições do Capitalismo, o sistema de livres mercados é, em grande parte, limitado pela ação dos monopólios e pela intervenção estatal.

Neste caso, a ordem e a eficiência surgem espontaneamente de uma sociedade desprovida de controles.

A concorrência desempenha papel fundamental para impedir que os indivíduos exijam dos compradores qualquer preço que lhes agrade.

Para converter a sociedade medieval numa baseada no livre funcionamento dos mercados, foi preciso uma nova atitude em relação ao ganho de dinheiro como atividade legítima, substituindo a suspeita medieval em relação à busca de lucros.

ECONOMIA MISTA

Sistema econômico em que parte dos recursos produtivos pertence ao Estado (empresas públicas) e parte ao setor privado.

Nesse tipo de sistema, as questões econômicas fundamentais – o quê e quanto, como e para quem produzir são resolvidas parte pelo Estado e parte pelos mercados, cabendo ao Estado a orientação e controle de muitos aspectos da economia.

ECONOMIAS DE ESCALA

As economias de escala são decorrentes da racionalização das atividades produtivas, com o melhor emprego de tecnologia e de processos de automação e organização do trabalho, sendo obtidas em empresas de grande porte.

ECONOMISTAS CLÁSSICOS.

Predominaram no final do século XVIII e início do XIX e consolidaram a Economia como corpo científico próprio.

Advogaram a predominância das forças de mercado, sem intervenção governamental.

ELASTICIDADE.

Relação entre as diferentes quantidades de oferta e de procura de certas mercadorias, em função das alterações verificadas em seus respectivos preços.

As mercadorias podem ser classificadas em bens de demanda inelástica ou elástica.

Os primeiros englobamos bens de primeira necessidade, indispensáveis à subsistência diária da população.

Entre os bens de demanda inelástica encontramos, também, alguns produtos de luxo, utilizados pela camada mais rica da população, que continua comprando esses artigos mesmo que os preços se elevem bastante.

Os bens de demanda elástica são aqueles que não são indispensáveis à subsistência da população, sendo geralmente utilizados pelos setores médios da sociedade.

ELASTICIDADE DA DEMANDA.

Medida de variação na demanda de uma mercadoria.

Mede a variação relativa da quantidade comprada na unidade de tempo, quando ocorre uma variação, por exemplo, no preço do bem, do bem substituto ou complementar ou na renda do consumidor.

EQUILÍBRIO DE MERCADO.

Caso em que a oferta é igual à procura e expressa a estabilidade do sistema de forças que atuam na circulação e troca de mercadorias e títulos.

Um sistema econômico é considerado em equilíbrio quando todas as variáveis permanecem imutáveis em determinado período.

Frequentemente, condições externas (políticas e sociais) atuam sobre o equilíbrio de preços e acabam alterando essa situação de estabilidade.

Se a oferta baixa os custos das mercadorias, ocorre um aumento da demanda, levando à alta dos preços.

E, se os preços sobem, os produtos permanecem estocados (ou os capitais não são negociados) e os preços tendem a cair.

Portanto, somente ao preço de equilíbrio, a oferta e a demanda seriam iguais, pois as preferências dos compradores se ajustam às dos vendedores.

Um equilíbrio de mercado é considerado eficiente quando não se consegue, com alterações, por exemplo, determinadas por políticas governamentais, melhorar a situação de um agente econômico, sem prejudicar a de outros.

Este conceito não se relaciona, porém, com o de equidade ou justiça social, pois, mesmo uma economia que tivesse toda a sua renda destinada a um único agente seria considerada eficiente.

ESTRUTURAS DE MERCADOS.

Tipos de organização nas sociedades de mercado, como a concorrência perfeita, o monopólio, oligopólio, monopsônio, oligopsônio, etc.

EXTERNALIDADES ECONÔMICAS.

Entre as imperfeições de mercado, podem ser mencionadas as externalidades (quando a produção ou o consumo de um bem afeta, negativa ou positivamente, outros indivíduos, sem que isso seja apontado pelos preços de mercado. Outro aspecto relaciona-se com as falhas de informação, que impedem a adequada tomada de decisões. Também o poder de

monopólio, normalmente, conduz a preços maiores do que os que seriam praticados no caso em que os produtores pudessem competir mais acentuadamente nos mercados.

FATORES DE PRODUÇÃO.

O advento de trabalhadores livres, capitalistas e proprietários de terras, cada qual vendendo seus serviços nos diferentes mercados, propiciou a geração desses fatores e alterou as relações sociais entre esses agentes econômicos.

IDADE MÉDIA.

O extenso período histórico, conhecido como Idade Média, abrange todo o mundo ocidental, da Suécia ao Mediterrâneo, começando com a queda de Roma e terminando com o Renascimento.

INDÚSTRIA.

Conjunto de atividades produtivas que se caracterizam pela transformação de matérias-primas, de modo manual ou com auxílio de máquinas e ferramentas, para a produção de mercadorias.

A indústria moderna surgiu com a Revolução Industrial (séculos XVIII/XIX).

INFLAÇÃO

A inflação pode ser caracterizada como um processo de aumentos contínuos e generalizados do nível geral de preços, que não devem ser confundidos com suas altas esporádicas.

Os economistas recorrem ao uso da técnica de construção de números índices, visando medir, dentro de uma série de tempo, quais foram as efetivas variações de preços dos produtos.

INVESTIMENTO

Em economia, o termo aplica-se à compra de máquinas, equipamentos e imóveis para a instalação de unidades produtivas.

Trata-se da aplicação de capital em meios que conduzem ao crescimento da capacidade produtiva, isto é, em bens de capital.

O investimento bruto corresponde a todos os gastos com bens de capital (máquinas e equipamentos) e a formação de estoques.

O investimento líquido exclui as despesas com manutenção e reposição de peças, equipamentos e instalações desgastadas pelo uso.

MARGINALISMO

De acordo com a teoria neoclássica, a maximização dos lucros dos agentes econômicos ocorre na situação em que se igualam a sua receita e despesa marginal.

Essa teoria foi, também, conhecida como Marginalismo.

Segundo ela a satisfação de uma determinada necessidade requer uma certa quantidade de um bem ou serviço.

À medida que a quantidade consumida aumenta, reduz-se a satisfação obtida.

O valor de cada bem é dado pela utilidade propiciada pela última unidade disponível desse bem, isto é, pela sua utilidade marginal.

MERCANTILISMO .

Doutrina econômica que caracteriza o período histórico da Revolução Comercial (séculos XVI-XVIII), marcado pela desintegração do Feudalismo e pela formação dos Estados Nacionais.

Defende o acúmulo de divisas em metais preciosos pelo Estado com base em um comércio exterior de caráter protecionista.

Havia, na época, uma ampla intervenção do Estado na economia e uma forte autoridade central era tida como essencial para a expansão de mercados e para a proteção dos interesses comerciais.

MODOS DE PRODUÇÃO

Denominamos *Modos de produção* as variadas alternativas adotadas pelas sociedades econômicas para a solução de seus problemas, até chegarmos à época atual – Revolução da Informação, passando pela Agrícola (de cerca de 12 mil anos atrás) e pela Industrial, cujo desenvolvimento ocorreu inicialmente entre 1760 e 1830.

Cada modo de produção engloba os objetos de trabalho adotados, como ferramentas, máquinas e organização industrial.

MONOPÓLIOS NATURAIS.

As empresas monopolistas normalmente têm um alto custo fixo, mas que é distribuído por uma produção cada vez maior, configurando a condição conhecida como “monopólio natural”, como é o caso das empresas fornecedoras de gás, telefone, etc.

MOVIMENTO DOS CERCAMENTOS NA EUROPA .

O movimento dos cercamentos atingiu seu ponto máximo nos séculos XV e XVI, quando, em algumas áreas, de três quartos a nove décimos dos habitantes foram expulsos do campo e forçados a buscar sustento nas cidades. Essas práticas de cercamentos continuaram até o século XIX.

Os cercamentos e o crescimento populacional destruíram os laços sociais remanescentes, criando uma nova e grande força de trabalho, sem terra, sem quaisquer ferramentas ou instrumentos de produção, apenas com a força do trabalho para vender.

Essa migração para as cidades significava mais trabalho para as indústrias capitalistas, mais homens para os exércitos e marinhas, para colonizar novas terras e mais consumidores potenciais de produtos.

Inúmeros camponeses, pequenos proprietários de terra e membros da pequena nobreza foram à falência com os exorbitantes aumentos dos aluguéis monetários.

OFERTA.

Quantidade de bens ou serviços que se produz e se oferece no mercado, por determinado preço e em determinado período de tempo.

Diversos fatores influenciam o comportamento de um ofertante no mercado, como:

- a) Preço do bem em questão.
Quanto mais alto for o preço de mercado, maior tende a ser a quantidade ofertada. É comum, porém, que se ofereça uma quantidade maior a um preço maior, quer por retenção deliberada de estoques na expectativa de novas elevações de preços, quer por força de um poder de monopólio.
- b) A tecnologia.
Quanto maior for o avanço tecnológico, maior tende a ser a quantidade ofertada.
- c) As condições climáticas (notadamente no caso de produtos agrícolas).
- d) O suprimento dos insumos necessários para a produção do bem.

Mantendo-se constantes todas as variáveis (coeteris paribus) que possam influenciar a oferta e fazendo-a depender apenas do preço do produto, ela apresentará, graficamente, uma inclinação positiva.

Em cada ponto dessa curva de oferta estará representada a quantidade do bem a ser ofertado, de acordo com determinado preço.

POUPANÇA

Parte da renda nacional ou individual que não é utilizada em despesas, sendo guardada e aplicada, depois de deduzidos os impostos recolhidos pelo governo.

Há vários fatores que estimulam a poupança, como os altos juros e expectativas negativas quanto a rendimentos futuros.

Um dos maiores desestímulos à poupança é a inflação.

Além da poupança voluntária, há outras compulsórias, recolhidas pelo governo, como, por exemplo, o FGTS.

Uma economia será considerada em equilíbrio quando o total de investimentos realizados no país é igual ao de poupanças.

Quando a poupança supera os investimentos, surge uma tendência à diminuição da atividade econômica, com declínio da produção, da receita e do nível de emprego na sociedade.

Quando, ao contrário, os investimentos excedem a poupança, surge uma tendência inflacionária, com aumento de preços.

A poupança externa é conseguida com base em empréstimos ou investimentos trazidos do exterior.

O governo participa da poupança global da sociedade quando consegue superávits (maiores receitas do que despesas) em suas transações com os outros agentes econômicos.

RECESSÃO.

Situação em que ocorre um declínio da atividade econômica, caracterizada por queda da produção, aumento do desemprego, diminuição da taxa de lucros e crescimento dos índices de falências e concordatas.

Essa situação pode ser superada num período breve ou estender-se de forma prolongada, configurando, então, uma depressão ou crise econômica.

SISTEMA ECONÔMICO.

Forma na qual a sociedade está organizada em termos políticos, econômicos e sociais, para desenvolver as atividades econômicas de produção, troca e consumo de bens e serviços.

SOCIALISMO.

Conjunto de doutrinas e movimentos políticos voltados para o interesse dos trabalhadores, tendo como objetivo uma sociedade onde não exista a propriedade privada dos meios de produção.

O Socialismo é típico da sociedade pós-Revolução Industrial, relacionando-se com as primeiras manifestações da classe operária e de artesãos contra as injustiças sociais oriundas do modo de produção capitalista.

O Socialismo ocorreu, principalmente, na ex-União Soviética até os anos 1990 e na China, que está cada vez mais aceitando a economia de mercado.

SOCIEDADES BASEADAS NA TRADIÇÃO.

A tradição resolve os problemas de produção e distribuição através da continuidade de tarefas entre as gerações.

Essa solução é estática, gerando poucas mudanças durante longos períodos de tempo.

Nesse tipo de sociedade, o sacerdote, o guerreiro e o estadista eram superiores em *status* ao mercador ou negociante, o que se inverteu a partir do advento da economia baseada no livre funcionamento dos mercados.

SOCIEDADES BASEADAS NO MANDO.

Resolve o problema econômico impondo alocações de esforços ou recompensas pela autoridade governante.

O mando pode ser um meio para realizar uma mudança econômica rápida e extensa.



UNIDADE
DEODORO DE
MENDONÇA